



Audiência Pública Residencial Caroli Easy Club

Empreendedor: Rôgga S.A. Construtora e Incorporadora

Local: Sociedade Esportiva e Recreativa Tigre – SER Tigre

Data: 08/10/2015 às 18h30

ATA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Arq. Murilo às dezoito horas e trinta minutos cumprimenta a todos e pede prorrogação do horário de início da audiência, em função do grande número de presentes e para alguns procedimentos necessários: assinatura de presença e protocolo de seus questionamentos

A abertura da audiência pública do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) do Edifício Residencial Caroli Easy Club, ocorreu às dezenove horas, pelo arquiteto Murilo Carvalho, representando o presidente da Fundação IPPUJ.

Após a abertura passou à leitura do Edital de Convocação, o qual foi publicado no jornal A Notícia, no dia dezessete de setembro, bem como nos sites da prefeitura e IPPUJ, como determina a legislação.

Na sequência, arq. Murilo convidou os representantes das respectivas empresas a comporem a mesa. Ficando composta da seguinte forma: Representantes do IPPU (Murilo Teixeira Carvalho e Cristina Santos de Chaves); Representantes do Empreendimento (Carolina e Aline); Representante da Empresa Consultora – OAP (Carlos Henrique).

Arq. Murilo expôs a finalidade do EIV, seus trâmites, desde o protocolo até emissão do parecer conclusivo e termo de compromisso, documento onde consta todas as situações de comprometimento do empreendedor para realização do empreendimento, a fim de evitar ou minimizar os impactos negativos por ele causados.



Murilo fez a leitura do Regimento Interno, o qual explica o andamento da audiência, suas etapas, responsáveis pela Coordenação, assim como o tempo de apresentação a ser observado pelas pessoas que farão uso da palavra, ressaltando que no espaço aberto ao debate, os questionamentos devem ficar voltados ao enfoque do estudo.

Seguindo o regimento, arq. Murilo passou a palavra ao empreendedor, para apresentação do empreendimento. Aline e Carolina representaram o empreendedor.

Aline apresentou a empresa Rôgga, sua origem, localização e perfil.

Destacou os métodos de construção, que contribuirão para diminuição dos impactos.

Carolina apresentou um vídeo do empreendimento, para visualização de como será o imóvel quando concluído, relacionando as áreas de lazer e enfatizando que prevê ambientes bem planejados, mantendo o custo/benefício (unidades ao preço de R\$ 160.000,00).

Carolina finalizou colocando a empresa à disposição para maiores esclarecimentos.

Na sequência arq. Murilo passou a palavra ao representante da empresa de consultoria, Sr. Carlos Henrique, para apresentação do estudo.

Sr. Carlos Henrique fez a apresentação da empresa OAP Consultores Associados, bem como a equipe responsável pelo estudo.

Destacou a legislação do EIV, localização do empreendimento, vias de acesso, bem como outras informações relativas ao imóvel.

Mencionou que concluíram com o estudo, no fator densidade demográfica, que Joinville é uma cidade de baixa densidade demográfica.

Relacionou as medidas mitigadoras na fase de construção e ocupação do empreendimento.

Sr. Carlos Henrique referiu ainda que quanto as manchas de inundação na região, pelo fato de estarem acima da cota sujeita a inundação, não existirá problemas neste sentido.



Sr. Carlos Henrique informou que quanto aos aspectos de sombreamento no término do empreendimento, observando os cones de sombreamento, não haverá impacto significativo.

Com relação ao sistema viário, mencionou a metodologia de contagem, que concluiu que o tráfego poderá ter um acréscimo no volume diário de 20%, destacando as proposições de melhoria para este aspecto.

Finalizando relacionou os impactos positivos do empreendimento.

Arq. Murilo abrindo o espaço de debate, inicialmente pediu a autorização do público presente, para que o Sr. Régis, morador da região, fizesse a apresentação de um vídeo e o primeiro questionamento.

Sr. Régis, referiu, principalmente, a questão dos alagamentos, expondo um estudo das ocorrências das inundações, onde destaca o principal fator responsável a urbanização e aumento populacional.

Sr. Régis apresentou um vídeo mostrando os alagamentos na via Oscar Schwartz e sua residência,

1ª Intervenção. Régis Alberto Ribeiro Soares. Rua Oscar Schwart, 12 – casa 3. Será maior a inundação na região com a construção deste empreendimento ou não? Até porque com imagens e testemunhos não existe argumento contrário.

Sr. Carlos Henrique explicou que é importante esclarecer o conceito de Mancha de inundação, a qual é caracterizada por um trabalho de topografia, e este estudo definiu que a cota determinante, fica a cinco metros acima do nível de alagamentos. o que não quer dizer que não teremos problemas de drenagem.

Sr. Carlos Henrique complementou que o empreendedor fará retenção da água da chuva, para minimizar os impactos de drenagem.

Arq. Murilo adiantou que o IPPUJ solicita as empresas, que toda água da chuva deva ser retida no empreendimento para depois ser gradativamente despejada na rede, por meio da implantação de cisternas.



2ª Intervenção: Tatiane C. Marcolino

Bairro: Aventureiro

O EIV informa que para não atrapalhar o tráfego, durante a implantação do empreendimento será utilizado o pátio interno do terreno para movimentação, manobra e estacionamento de caminhões. Todavia, nesta última semana, para a simples construção de uma calçada e retirada de um banheiro químico a Ré obstruiu por horas a Rua Independência com caminhões. Os Caminhões ainda quebraram as tampas de bueiros e calçadas adjacentes e nenhum reparo foi feito. Pergunta-se: Como acreditar na Rôgga se já nesta fase inicial age exatamente de modo contrário do que promete?

Aline, representante da Rôgga, informou que desconhecem esta situação, irão averiguar e darão retorno posteriormente.

Arq. Murilo referiu que provavelmente houve o problema, e que a movimentação de veículos deve acontecer dentro do terreno, e isto fica vinculado ao Termo de Compromisso.

3ª Intervenção: Ricardo Kohlbeck

Bairro: Itaum

Quando comprovado o impacto que um grande empreendimento, como este, irá gerar na população do bairro, o empreendedor (construtora) compromete-se a apontar e solucionar medidas mitigadoras para compensar o impacto gerado. Sabemos que neste ano, no dia 5 de janeiro, a Construtora Rôgga foi autuada por supressão da vegetação sem autorização. Pergunta: Quais as medidas mitigadoras desta construtora na área ambiental para compensar este impacto?

Carolina, representante da Rôgga, esclareceu que toda supressão da vegetação deve passar por licenciamento dos órgãos ambientais. Existe diferença entre mata nativa e exótica. As exóticas não necessitam de autorização de corte. Procedemos de acordo com legislação.

4ª Intervenção: Andreia Maria Borges

Bairro: Itaum

No bairro não existe Posto de Saúde, sendo compartilhado o serviço público do Posto do Bucarein. Consultando o referido posto de saúde, a coordenadora informou que a Secretária de Saúde desconhece o projeto da Rôgga e não possui previsão de ampliação do atendimento para o bairro.

Ainda, informou que o Posto do Bucarein já encontra-se com déficit de atendimento dos 26.000 usuários cadastrados, pois conta com somente 4 médicos.

Handwritten signature and date: N/A/27



Pergunta: Como é possível aceitar a indicação de um equipamento público já saturado para atender este elevado aumento de demanda? Por que o empreendedor ficará com o lucro da construção e a população toda arcará com a majoração dos custos públicos?

Sr. Carlos Henrique, representante da OAP, informou que na estimativa de moradores do empreendimento, 7% são de fora de Joinville. Provavelmente, pelo perfil de moradores, segundo empreendimentos similares não farão uso de equipamentos públicos, concluindo que não haverá impacto neste item. Por outro lado o empreendimento deve gerar aumento na arrecadação de tributos, que reverte em benefícios para população.

Arq. Murilo enfatizou que em outro EIV que está em fase de emissão do parecer conclusivo, identificamos que haverá necessidade de novas escolas para atender a demanda.

5ª Intervenção: Regiane Filippi

Bairro: Morro do Meio

No EIV apresentado à Construtora indica como responsável o Poder Público para sanar e implantar obras para melhorias do nosso bairro.

Pergunta: Quais as obras projetadas pela Prefeitura para minimizar o grande impacto que 1200 pessoas no mesmo lugar inevitavelmente causarão?

Arq. Murilo esclareceu que o que for impacto gerado pelo empreendimento será cobrado do empreendedor, exemplificando que no EIV de ampliação da TOTVS, foi identificado problemas no sistema viário, o que resultou em instalação de um semáforo na Av. Santos Dumont, em frente a empresa, entre outras medidas mitigadoras.

A Comissão Técnica Multidisciplinar fará outras reuniões para tratar de todos os aspectos que farão parte do Parecer Conclusivo, bem como do Termo de Compromisso, portanto essas questões devem ser bem específicas por parte dos moradores.

6ª Intervenção: Thayané Gabriela Cordeiro

Bairro: Itaum

Existe na legislação do E.I.V. (decreto n. 20.668 em "Termo de Compromisso entre o Construtor e a Prefeitura"), onde cita que o construtor assume a responsabilidade de arcar integralmente com as despesas decorrentes das obras e serviços necessários para minimizar os impactos gerados com a construção.



Pergunta: Em que fase do planejamento da prefeitura é exigido este termo de compromisso? Antes da obra começar?

Arq. Murilo explicou que o Termo de Compromisso é emitido depois de todas as análises feita pela Comissão, antes e depois da audiência pública, e antes da obra começar, no entanto o Termo de Compromisso é composto de itens vinculados a várias fases da construção (Emissão do Alvará de Construção, Manutenção do Alvará e Emissão do Alvará de Conclusão de Obras).

Arq. Murilo às oito horas e trinta minutos coloca a votação dos presentes para prorrogação da audiência, por mais meia hora. Havendo consenso foi dado continuidade.

7ª Intervenção: Andréa Batista

Bairro: Guanabara

O EIV informa que o projeto visa atender as necessidades habitacionais da população. Não há um contrassenso nisso, quando é notório o arrefecimento do mercado imobiliário e o que existe é estoque de imóveis e não aumento de demanda?

Carolina, representante do empreendedor, explicou que com relação ao estoque imobiliário, verificando dados de Joinville, o que existe é um déficit habitacional. Devemos considerar quais os níveis e valores de imóveis que estão em estoque, em sua grande maioria o que vemos de mais disponíveis, são os imóveis de um maior valor. Os imóveis da Rôgga são compatíveis ao poder aquisitivo da grande maioria da população.

8ª Intervenção: Ana Carolina da Silva

Bairro: Costa e Silva

O EIV que para mitigar o adensamento da população e o aumento do tráfego, o empreendedor será responsável por implantação de guarita de segurança e vigilância 24 horas. Por que estes itens não estão no memorial descritivo? Memorial este que expressamente informa que não será entregue sistema de segurança, câmeras, nem mesmo a fiação necessária?

Aline, representante do empreendedor, explica que o projeto prevê a guarita, sendo que segurança e vigilância 24 h, fica a critério do condomínio, de acordo com assembleia.



9ª Intervenção: Gabriela Fabre

Se o adensamento proposto pelo EIV fosse replicado em toda a cidade, chegaríamos a absurdos 142 milhões de habitantes por quilômetro quadrado. Como esta concentração, em área que já possui déficit de infraestrutura, pode ser benéfica à comunidade?

Sr. Carlos Henrique, representante da OAP, levando em consideração sua experiência como engenheiro urbanista, observou que a cidade é dinâmica, e os instrumentos de uso e ocupação do solo, de acordo com o plano Diretor da cidade, estabelece medidas para a população que está instalada e prevê o adensamento. Afirmou ainda que Joinville demonstra uma preocupação grande com o ordenamento territorial.

Arq. Murilo complementou que a LOT (Lei de Ordenamento Territorial), hoje tramitando na Câmara de Vereadores, possibilita a oportunidade de manifestação, por parte da população.

10ª Intervenção: Daniela Ramos Mohr

Bairro: Guanabara

É notória a proximidade de instalação integral de outro empreendimento nas proximidades do Caroli. Por que a análise dos impactos do Caroli não projetou os inevitáveis impactos que o Garden Atiradores já trará para a região?

Sr. Carlos Henrique, representante da OAP, enfatizou que sempre irão ter novos empreendimentos na cidade. No estudo foi levado em consideração a situação atual do entorno. Supondo que o empreendimento tenha viabilidade, que haja a implantação, que ele se ocupe, no próximo estudo que por ventura venha a ser feito, os novos empreendimentos serão previstos. A exemplo da contagem de trânsito, que é medida de acordo com a população atual do entorno.

Arq. Murilo explicou que o estudo prevê os contratos de fornecimento de serviços públicos (água, luz, esgoto,...), sendo que as companhias firmam o contrato de acordo com a necessidade de cada empreendimento, e alguns casos os contratos são emitidos com quatro meses antes da conclusão das obras.

Os contratos de fornecimento de energia elétrica são firmados quatro meses antes da conclusão das obras.

11ª Intervenção: Mariana F. Guiguis

Bairro: Anita Garibaldi

função ou cargo: morador



O empreendedor preocupa-se somente com o seu empreendimento, informando que o mesmo terá capacidade de armazenamento de 210.000 litros de água. Pergunta-se como os moradores da Benjamin W. Frank terão regular abastecimento se primeiro a água terá que abastecer esses 210.000 litros dos reservatórios do empreendimento?

Mariana passou a vez de sua pergunta para Maria Caroline.

Maria Caroline. Rua Benjamin Willian Franck, 95. Bairro Anita Garibaldi.

Maria Caroline Protocolou documento, junto à equipe do EIV do IPPUJ, no qual ela faz uma análise sistêmica do ambiente urbano, adensamento e qualidade ambiental.

Sua preocupação maior consiste na espaço de lixeira (localização).

Carlos Henrique referiu que devido a largura da rua Benjamin Franck, foi prevista a Rua Independência para construção da lixeira e conseqüentemente, área de carga e descarga de lixo.

Arq. Murilo enfatizou que todas as questões do estudo são passíveis de alteração.

Arq. Murilo informou que temos uma cópia do estudo à disposição durante a audiência e está disponível ainda no site do IPPUJ e prefeitura, sendo que a partir de seu protocolo todos os documentos que compõe o estudo, teve a devida publicidade. O importante é que está tudo registrado e o que esta sendo verificado, em audiência, pode ser até algo mais positivo.

Carolina, representante do empreendedor, complementa que as lixeiras foram dimensionadas segundo as normas de legislação, sendo que as lixeiras do empreendimento estão com dimensões superiores a que a legislação pede. O projeto apresentado ao IPPUJ, é em nível de proposta, a empresa irá avaliar e acatar o que for melhor.

12ª Intervenção: Sandro Alves Eda

Bairro: Anita Garibaldi

Todas as licenças e consultas de viabilidade indicam como endereço do empreendimento a Rua Independência. Porém, a entrada do condomínio será pela Rua Benjamin W. Frank. A indicação diversa e errônea do acesso não modifica a análise dos órgãos públicos e prestadores de serviços?

Carlos Henrique, representante do empresa OAP, explicou que todas as aprovações, pedidos e certidões, são solicitadas pelo endereço que consta no cadastro imobiliário da Prefeitura. O empreendedor pode usar tanto a Rua Independência como Benjamin Frank como acesso ao empreendimento, pois ambas são testadas do terreno.



Arq. Murilo às nove horas, informa que temos 50 perguntas ao todo e coloca a votação dos presentes para prorrogação da audiência, por mais meia hora. Havendo consenso foi dado continuidade.

13ª Intervenção: Heros H. Kleis

Bairro: Anita Garibaldi

função ou cargo: morador

O impacto negativo que o empreendimento trará ao tráfego local e a perda de iluminação natural das residências das ruas Independência e Benjamin W Frank será verificado desde o início do empreendimento. Por que o estudo ignora estas informações e insiste em afirmar que haverá valorização imobiliária?

Arq. Murilo informou que a pergunta já foi respondida.

14ª Intervenção: Jane Maria Siqueira Rosa

Bairro: Anita Garibaldi

O empreendedor indica que a lixeira tem capacidade de volume de 92,8 m³, o que seria suficiente para armazenar os 1.320kg de lixo gerado pelo empreendimento diariamente. Todavia, o empreendedor indica que cada m³ de volume comporta 200kg de lixo, o que é falso, pois tal cálculo só se aplica a lixo compactado. O empreendedor irá instalar sistema de compactação de lixo? O condomínio Audax, obra da Rogga, que possui somente 10% do tamanho do empreendimento proposto e uma lixeira pouco menor do que a Caroli terá, já sofre com problema de armazenamento de lixo.

Arq. Murilo informou que a Sra. Jane não encontra-se presente e que a pergunta já foi respondida.

15ª Intervenção: Maria Caroline Siqueira Rosa

Bairro: Anita Garibaldi

função/cargo: morador/enfermeira

No bairro não existe Posto de Saúde, sendo compartilhado o serviço público do Posto do Bucarein. Consultando o referido posto de saúde, a coordenadora informou que a Secretária de Saúde desconhece o projeto da Rogga e não possui previsão de ampliação do atendimento para o bairro.

Ainda, informou que o Posto do Bucarein já encontra-se com déficit de atendimento dos 26.000 usuários cadastrados, pois conta com somente 4 médicos.

Pergunta: Como é possível aceitar a indicação de um equipamento público já saturado para atender este elevado aumento de demanda? Porque o empreendedor ficará com o lucro da construção e a população toda arcará com a majoração dos custos públicos?

Arq. Murilo informou que a pergunta já foi respondida.

16ª Intervenção: Sônia Philippe Junge

Bairro Anita Garibaldi

É facilmente identificável que em empreendimentos que só ofertam uma vaga de garagem por apartamento, o entorno sofre com o estacionamento contínuo de visitantes, prestadores de serviços e até moradores que possuem mais de um veículo. Se a Benjamin W. Frank não permitirá estacionamento em ambos os lados para permitir seu tráfego após a construção do empreendimento e a Independência terá sua capacidade de estacionamento reduzida, onde ficarão estes veículos 'extras'? As vagas de estacionamento do projeto, que ficam na rua e não no interior do imóvel, são suficientes? Qual o critério de quantificação destas vagas? Há área de carga e descarga dentro dos limites do empreendimento?

Carlos Henrique, representante do empresa OAP, informou que o número de vagas de garagem estabelecido pela legislação, é de uma garagem por número de apartamento. Quanto ao número de vagas para visitantes, o projeto prevê 10 vagas.

Arq. Murilo esclareceu que para este tipo de empreendimento, o IPPUJ está pedindo 5% do total de vagas de garagem, sejam disponíveis a vagas para visitantes, e para que toda movimentação de veículos ocorra dentro do empreendimento. Se houver necessidade podemos solicitar ao empreendedor novas vagas de estacionamento, o que já está em análise, pela Comissão Técnica do IPPUJ.

17ª Intervenção: Romeu Junge

Bairro: Anita Garibaldi

O EIV informa que para não atrapalhar o tráfego, durante a implantação do empreendimento será utilizado o pátio interno do terreno para movimentação, manobra e estacionamento de caminhões. Todavia, nesta última semana, para a simples construção de uma calçada e retirada de um banheiro químico a Ré obstrui por horas a Rua Independência com caminhões. Os Caminhões ainda quebraram as tampas de bueiros e calçadas adjacentes e nenhum reparo foi feito. Pergunta-se: Como acreditar na Rôgga se já nesta fase inicial age exatamente de modo contrário do que promete?

Arq. Murilo informou que a pergunta já foi respondida. Ressaltando que pelo adiantado da hora, nove horas e trinta minutos, todas as perguntas fossem respondidas pelo



empreendedor e publicadas no site. Proposta que entrou em consenso foi a de que todos que estão presentes irão fazer suas perguntas e aqueles que não estiverem presentes poderão verificar suas perguntas e respostas no site da prefeitura e IPPU. Também foi consenso a prorrogação da audiência, por mais meia hora.

18ª Intervenção: Kelson Ricardo Lunandelli

Bairro: Anita Garibaldi

Ao sair do edifício Green Park em direção a rua Ottokar Doerffel pela manhã nos horários de pico, demora em média de 5 a 6 minutos para percorrer um trecho de mais ou menos 120 metros e assim chegar na O.K.D. Atualmente há edifícios em construção e outros futuros que irão depender da R. Independência. Somado a isso, teremos mais de 1000 moradores neste projeto da Rôgga que sem qualquer outra alternativa de fuga, terão que passar pela rua Independência que já se encontra congestionada em horários de pico. Funcionando todos os edifícios, mais o da Rôgga entrarem em operação o congestionamento será muito maior impactando principalmente os moradores das ruas: Oscar Schwartz, Benjamin Frank, servidão Emilio Reddin, Rua Henrique Marquard, entre outras que tem ligação com a rua Independência. O congestionamento da rua Independência. Provavelmente vá chegar até a Rua Concórdia. Qual a proposta da construtora para que as novas pessoas que irão morar neste empreendimento não sejam vítimas deste provável caos e tão pouco prejudiquem outros moradores que hoje dependem da rua Independência para ir e vir?

Arq. Murilo colocou que uma parte da pergunta já foi respondida.

Com relação as mudanças no trânsito para minimizar os impactos no tráfego da região, Murilo expõe que este item é de responsabilidade da Prefeitura, que já está em análise, por meio da Unidade de Mobilidade e Acessibilidade

19ª Intervenção: André Marcelo Tonet

Bairro: Anita Garibaldi

O EIV declara que as projeções da sombra total do empreendimento não ultrapassará os limites das divisas do imóvel. Esta afirmação é falsa e é contraposta por estudo técnico encomendado pela Associação de Moradores. Por que o empregador apresenta afirmação falsa? Qual a medida que será tomada para mitigar esse grave impacto nas residências próximas que, em grande número, perderão na totalidade sua iluminação natural por consideráveis períodos do ano?

Carlos Henrique, representante da OAP, esclareceu que o estudo mostrou as simulações de projeção de sombra do empreendimento, no decorrer do dia e sombra total, onde haverá sombra constante, o qual apresenta poucas interferências sobre o entorno imediato, não havendo prejuízos maiores para os moradores local. Se existe

outro estudo que diverge do EIV, este deve ser apresentado ao IPPUJ. Não temos condições de responder esta questão em audiência, pelo nível de detalhamento técnico, porém estamos dispostos a dar maiores informações e uma reanálise, caso verificarmos se houve algum equívoco.

Arq. Murilo complementou que hoje temos o recurso de sistemas de computação para definirmos o estudo de sombreamento, que alguma sombra sempre haverá em determinado horário do dia, o que deverá ser identificado é quando esta sombra começa a ser prejudicial.

20ª Intervenção: Mélody Bolizão

Bairro: Anita Garibaldi

É notória a proximidade de instalação integral de outro empreendimento nas proximidades do Caroli. Por que a análise dos impactos do Caroli não projetou os inevitáveis impactos que o Garden Atiradores já trará para a região?

Arq. Murilo informou que a pergunta já foi respondida.

21ª Intervenção: Veraldo Tonet

Bairro: Anita Garibaldi

Porque o projeto em momento algum menciona o que será feito em relação a este veio d'água existente no imóvel?

Carlos Henrique, representante da empresa OAP, esclareceu que o que identificamos no terreno é um acúmulo de água que deve ser tratado no próprio projeto de drenagem do empreendimento. Quanto a algum fluxo de água subterrâneo é uma questão que terá que ser tratada por um engenheiro específico, o qual irá achar uma solução de engenharia para isto.

Arq. Murilo, informou que o EIV não desrespeita nenhuma legislação ambiental, se houver restrição da legislação ambiental o processo não receberá a licença necessária.

22ª Intervenção: Juarez Vieira

Bairro: Anita Garibaldi

Instituição: Associação Moradores Anita Garibaldi função/cargo: Presidente

Fazendo uma análise de cada uma das questões que o art. 37 do Estatuto da Cidade prevê que o EIV deve incluir, para este empreendimento temos:

I – adensamento populacional: absurdo, uma densidade tão grande que, se aplica a todo o município de Joinville, nossa cidade teria 142 milhões de habitantes;

II – equipamentos urbanos e comunitários: falta de escolas, falta de creches, falta de praças e locais de lazer;

III – uso e ocupação do solo: apesar de obedecer a lei, a verticalização exagerada contraria o perfil das moradias do bairro, quase todas unifamiliares e nos prédios que existem nenhum condomínio tem tantos moradores como o previsto para este empreendimento;

IV – valorização imobiliária: este empreendimento trará é desvalorização para os moradores do entorno, decorrentes dos problemas de trânsito, falta de insolação e ventilação, veículos estacionados na rua Benjamin William Frank, falta de opções de lazer aos moradores do condomínio que, provavelmente, levará as crianças e adolescentes a utilizarem as ruas como local de lazer, colocando-os a integridade física deles em risco diante do intenso tráfego existente no entorno. Qual a desvalorização que os imóveis que já sofrem com inundações terão quando as inundações forem ainda maiores?

V – geração de tráfego e demanda por transporte público: os problemas de trânsito nas ruas Ottokar Doerfel, Independência, Concórdia, Anita Garibaldi e Marquês de Olinda são conhecidos de todos que moram no bairro Anita Garibaldi e nos bairros vizinhos, principalmente o São Marcos, Nova Brasília e Morro do Meio, obviamente um empreendimento deste porte agravará ainda mais a situação já caótica nos horários de pico. Não há linha de ônibus que passe perto do empreendimento, o que certamente contribuirá ainda mais para o uso de veículos particulares pelos moradores daquele local;

VI – ventilação e iluminação: os efeitos destas torres serão sentidos por vários moradores de residências unifamiliares e até de prédios próximos ao local, que terão menos sol e ventilação, certamente prejudicando a saúde dos moradores já que Joinville é uma cidade normalmente úmida e chuvosa;

VII – paisagem urbana e patrimônio natural e cultural: há informações de que havia nascentes de água naquele imóvel, inclusive indícios de haver um córrego canalizado no imóvel, há necessidade de se averiguar se esta informação procede. Há também a questão do bloqueio da vista dos morros do entorno que ocorrerá com a construção destas torres altas. Quem pode estimar o valor de se ter uma vista de uma área verde próxima de sua casa?





Carlos Henrique, representante da OAP, referiu que este espaço da audiência pública é para isto, porém o que identificou foi uma manifestação de uma opinião própria e da Associação de Moradores, não consegue identificar uma pergunta.

Arq. Murilo ressaltou que o instrumento EIV, tem como finalidade analisar todas estas questões, e que a análise da Comissão irá dizer se todos os itens mencionados foram atendidos ou não.

23ª Intervenção: Juarez Vieira

Bairro: Anita Garibaldi

instituição: Associação Moradores Anita Garibaldi função/cargo: Presidente

O inciso IX do art.2º do Estatuto da Cidade (Lei n. 10257/2001) traz uma das diretrizes gerais da Política Urbana a "justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização", ou seja, os benefícios devem ser distribuídos com justiça entre o empreendedor, a sociedade e o poder público.

Pelo EIV que nos foi apresentado, a sociedade e o poder público ficarão com os ônus deste empreendimento e a construtora somente com os benefícios/lucro.

O adensamento exagerado deste empreendimento gerará diversos problemas como falta de vagas em escolas, creches, saúde, sombreamento, ventilação, saneamento básico, água, energia elétrica e trânsito não seriam reduzidos se o empreendimento fosse revisto para ter um número menor de unidades habitacionais e menos andares em cada bloco do empreendimento?

Arq. Murilo informou que a pergunta já foi respondida.

24ª Intervenção: Juarez Vieira

Bairro: Anita Garibaldi

Instituição: Associação Moradores Anita Garibaldi função/cargo: Presidente

Se o adensamento proposto pelo EIV fosse replicado em toda a cidade, chegaríamos a absurdos 142 milhões de habitantes. Como esta concentração, em área que já possui déficit de infraestrutura, pode ser benéfica à comunidade?

Arq. Murilo informou que a pergunta já foi respondida.

25ª Intervenção: Elmar Melcherd

Bairro: Anita Garibaldi



O EIV indica que para mitigar o adensamento da população e o aumento do tráfego, o empreendedor será responsável por implantação de guarita de segurança e vigilância 24 horas. Por que estes itens não estão no memorial descritivo? Memorial este que expressamente informa que não será entregue sistema de segurança, câmeras, nem mesmo a fiação necessária?

Arq. Murilo informa que a pergunta já foi respondida.

26ª Intervenção:º Ralph Rocha

Bairro: Anita Garibaldi

função/cargo: morador

Quais as evidências que a Rôgga possa apresentar e embasar para comprovar a valorização dos imóveis do entorno?

Existe alguma referência, em algum bairro, onde imóveis do mesmo padrão que encontram-se no entorno tenham valorizado-se com um empreendimento da Rôgga do mesmo padrão que o previsto para o Anita Garibaldi?

Aline, representante do empreendedor, colocou que pode responder a valorização dos empreendimentos da Rôgga, o qual tem conhecimento, quanto aos do entorno é uma variável, cada empreendimento tem a sua codificação, suas particularidades, não podendo responder de forma pontual.

Carlos Henrique, representante da OAP, complementou que dentro do EIV, na questão avaliação, foram consultados algumas imobiliárias e corretoras, para avaliação da área. O item valorização foi tratado dentro deste critério, com base nas avaliações fornecidas.

Arq. Murilo esclareceu que o que está sendo colocado, está baseado em um documento, se isto ainda não está atendendo, podemos estar verificando uma outra forma de avaliação. Se o estudo é subjetivo, se entendermos necessário, solicitaremos complementação. Porém devemos considerar se está questão é impactante, impactará no resultado final de análise.

Sr. Ninfo. Também consultamos as Imobiliárias, todas nos informaram que teremos uma desvalorização em 50% em nossos imóveis.

Arq. Murilo, referiu que nossa função é dirimir ao máximo as dúvidas. Hoje é cobrado pela prefeitura o ITBI – Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis, cuja base de cálculo é definida pelo valor venal dos imóveis, o que poderá ser usado como parâmetro. A questão será encaminhada à Comissão Técnica do EIV, que se julgar relevante solicitará um estudo mais detalhado.

Arq. Murilo, às 21h30, coloca em votação, a prorrogação da audiência por mais meia hora, no que temos consenso.

27ª Intervenção: Nadine Schlei

Bairro: Anita Garibaldi

O EIV informa que o projeto visa atender as necessidades habitacionais da população. Não há um contrassenso nisso, quando é notório o arrefecimento do mercado imobiliário e o que existe é estoque de imóveis e não aumento de demanda?

Arq. Murilo informa que a Sra. Nadine, não está presente e que pergunta já foi respondida.

28ª Intervenção: Karina S. Mendonça

Bairro: Vila Nova

A legislação prevê que o EIV avalie os efeitos do empreendimento especialmente em: I – modificação elevada no adensamento populacional (o bairro sofrerá majoração em 15% de sua população total com este único empreendimento); II - a alteração não pode exceder aos justos limites da capacidade de atendimento da infraestrutura, equipamentos e serviços públicos já existentes; III – alteração do valor dos imóveis; IV – aumento de geração de tráfego; V – interferência abrupta na paisagem urbana e VI – riscos de segurança pública, perturbação do trabalho e sossego alheio, entre outros. O empreendimento comprovadamente não respeita estas diretrizes, pois aumentará a demanda dos serviços públicos já deficitários na região (escolas, postos de saúde e policiamento), bem como eleva demasiadamente o adensamento populacional. Ainda, desvalorizará as residências próximas que perderão luz natural e privacidade. Como, diante destas certezas, é possível afirmar que o empreendimento atende aos interesses públicos e à legislação?

Arq. Murilo informa que a Sra. Karina, não está presente e que a pergunta já foi respondida.

29ª Intervenção: Lourival Pankratz

Bairro: Anita Garibaldi

O EIV afirma que o empreendimento aumentará o número de pessoas que necessitam de atendimento hospitalar, mais necessidade de ambulâncias e causara a necessidade de melhorias nas Unidades Básicas de Saúde. Em relação à educação, a mesma coisa. Todavia, como medida mitigadora cita ações do Governo Federal e o Programa de Aceleração do Crescimento, que, notoriamente, não acontecerão. Ainda, indica que os responsáveis por criar vagas em hospitais e escolas e por melhorar a infraestrutura



pública serão os moradores e o Poder Público Municipal. Pergunta-se: Insto não contraria a justa distribuição dos ônus construtivos prevista no Estatuto da Cidade? O Poder Público Municipal anuiu com essas responsabilidades? Quais obras do PAC estão em execução ou previstas para a região?

Carlos Henrique, representante da OAP, referiu que todo empreendimento gera uma demanda, como já foi colocado a projeção de pessoas que irão vir de fora de Joinville é em torno de 7% de ocupação do empreendimento. Dentro do que foi questionado, da parte do empreendedor, a regulamentação do EIV de Joinville propõe medidas mitigadoras para os impactos e seja pactuado a quem compete a responsabilidade pelas ações, empreendedor ou poder público, mediante análise deste estudo e emissão do Termo de Compromisso. A construtora está predisposta a acatar este termo

Arq. Murilo informou que com relação as outras questões relacionadas ao PAC, não podemos abrir para discussão, devemos focar no que o empreendimento irá gerar de impacto. As obras que vierem deste impacto, vão ser de incumbência do empreendedor.

30ª Intervenção: Cristina Rauvers

Bairro: Anita Garibaldi

A Associação de Moradores consultou as escolas públicas listadas no EIV e recebeu destas as declarações de que inexistem disponibilidade de vaga para os próximos anos. Como o empreendedor pretende mitigar este impacto de demanda na rede de ensino?

Arq. Murilo informou que a pergunta já foi respondida.

31ª Intervenção: Elias Fernando Bammesbergun

Bairro: Anita Garibaldi

O EIV reconhece que acarretará aumento de demanda por infraestrutura pública, segurança e acessibilidade, informando que a construtora Røgga participa financeiramente com melhorias dos sistemas públicos. Qual valor desta participação? Que participação está prevista para o Caroli?

Arq. Murilo informou que a pergunta já foi respondida.

32ª Intervenção: João Eduardo Demathe

Bairro: Floresta

A legislação prevê que o EIV avalie os efeitos do empreendimento especialmente em: I – modificação elevada no adensamento populacional (o bairro sofrerá majoração em



15% de sua população total com este único empreendimento); II - a alteração não pode exceder aos justos limites da capacidade de atendimento da infraestrutura, equipamentos e serviços públicos já existentes; III - alteração do valor dos imóveis; IV - aumento de geração de tráfego; V - interferência abrupta na paisagem urbana e VI - riscos de segurança pública, perturbação do trabalho e sossego alheio, entre outros. O empreendimento comprovadamente não respeita estas diretrizes, pois aumentará a demanda dos serviços públicos já deficitários na região (escolas, postos de saúde e policiamento), bem como eleva demasiadamente o adensamento populacional. Ainda, desvalorizará as residências próximas que perderão luz natural e privacidade. Como, diante destas certezas, é possível afirmar que o empreendimento atende aos interesses públicos e à legislação?

Arq. Murilo informou que a pergunta já foi respondida.

33ª Intervenção: Charlotte Odebrecht

bairro: Anita Garibaldi

A Amiga (Ass. do bairro Anita Garibaldi) solicitou um estudo na UFSC que indicou várias falhas no EIV em relação ao tráfego. Pergunto: 1 - porque foi utilizado no EIV a velocidade na Rua Independência de 52km/h quando a velocidade permitida é 40km/h?

Porque foi omitida do estudo o impacto na Rua Ottokar Doerffel, a principal via de acesso ao empreendimento? A sugestão mitigadora é uma rótula entre a Benjamin e Independência e um semáforo entre a Independência e Ottokar. Como é factível sendo que o trânsito na Ottokar Doerffel já apresenta índices inaceitáveis.

O empreendedor está disposto a duplicar o trecho afetado?

Quantas vagas de estacionamento de visitantes há no planejamento? Há estacionamento dentro do complexo?

Carlos Henrique, representante da OAP, informou que a equipe técnica que discute o EIV, toma por base a legislação do município, a qual estabelece critérios, e na nossa interpretação estamos de acordo com o que a legislação prevê. Nosso entendimento é de que o foco de avaliação de trânsito é a Rua Independência e Benjamin, se formos ramificar para outras vias, estamos falando de um problema de mobilidade. Então o empreendedor focou em ações que ele possa mitigar.

Arq. Murilo comunicou que o cruzamento da Independência com a Ottokar, de verá ser objeto de melhorias, por parte do termo de compromisso.



Arq. Murilo informou que a duplicação da Rua Ottokar Doerffel é um pleito antigo, que não pode ser imputado ao empreendedor. Ele atende uma parcela da população joinvilense, bem maior que a impactada pelo empreendimento. Quanto as vagas de visitantes, o assunto já foi comentado anteriormente.

34ª Intervenção: Cláudio P. Luetke

Bairro: Anita Garibaldi

Sou contra a obra:

Obs.: porque:

1: Moro uma quadra antes da obra.

2: Minha rua falta água durante o dia

3: Fomos esquecidos pelo órgão público pois só a asfalto até a casa de um parente de um deputado federal. Porque não a rua toda?

Arq. Murilo informou que Sr. Cláudio não está presente.

Senhora que não se identificou, pergunta porque não foi considerado impacto que o empreendimento irá gerar na Rua Ottokar Doerffel.

Carlos Henrique, representante da OAP, informou que a equipe técnica que discute o EIV, toma por base a legislação do município, a qual estabelece critérios, e na nossa interpretação estamos de acordo com o que a legislação prevê. Nosso entendimento é de que o foco de avaliação de trânsito é a Rua Independência e Benjamin, se formos ramificar para outras vias, estamos falando de um problema de mobilidade. Então o empreendedor focou em ações que ele possa mitigar.

Arq. Murilo comunicou que o cruzamento da Independência com a Ottokar, de verá ser objeto de melhorias, por parte do termo de compromisso.

35ª Intervenção: Jussania Paula Ferronato

Bairro: Anita Garibaldi

A rua Independência possui um armário para conexões telefônicas e internet que atende aos moradores das imediações. Este armário está esgotado, tanto que no dia 13/07/2015 minha linha telefônica e internet foram desligadas para atender um novo assinante. Fiquei uma semana sem sinal da GVT porque não há mais espaço no armário.

Existe algum tipo de planejamento da Construtora Rôgga com as CIAS de telecomunicações que operam na cidade?



Como ficarão os clientes e novos moradores ao fazerem mudança, que provavelmente não terão disponibilidade de telefone fixo e internet em seus apartamentos?

E os prováveis transtornos que poderão ocorrer com os atuais moradores?

Arq. Murilo colocou que esta foi uma preocupação na última audiência. O EIV não contempla este item, mas é uma questão bastante complicada. Os empreendimentos têm dificuldade de conseguir a viabilidade técnica junto as empresas de telefonia. E, por outro lado, as empresas de telefonia, têm dificuldade em conseguir a implantação de antenas de telecomunicações. Fizemos contato com a Anatel, para verificarmos o procedimento mais adequado para solicitação destes serviços.

Carolina, representante do empreendedor, informou que a RM Telecomunicações, representante da OI, emitiu Certidão de Viabilidade Técnica, para implantação do serviço de telefonia no empreendimento.

36ª Intervenção: André Krammel

Bairro Anita Garibaldi

Arq. Murilo informou que o Sr. André não está presente, sendo que a pergunta já foi respondida.

37ª Intervenção: Tiago de Oliveira Xavier

E se fosse construído um número menor de apartamentos, o impacto não seria reduzido gerando assim qualidade de vida para todos os moradores do bairro?

Arq. Murilo informou que o Sr. André não está presente, sendo que a pergunta já foi respondida.

38ª Intervenção: Marcio Alves Eda

Bairro: Anita Garibaldi

Energia Elétrica: existe previsão de melhoramento dos cabos de transmissão de energia uma vez que serão 300 unidades consumidoras, equivalentes a 54.000 kw/h.

Com relação ao fornecimento de água, a rede pública já analisou que aumentará o consumo de 216.000 litros/dia a mais para atender 300 unidades consumidoras.

Arq. Murilo informou que o Sr. André não está presente, sendo que a pergunta já foi respondida.

39ª Intervenção: Velazio Lorengo Formento

Bairro: Anita Garibaldi

Como vai ser a perfuração do solo?

E se houver danos rachaduras em nossas casas, quem vai assumir o prejuízo?

Carlos Henrique, representante da OAP, informou que com relação a perfuração do solo, o empreendedor irá assumir os prejuízos, caso danos em alguma residência. Uma das medidas mitigadoras, para este impacto, que adotaremos, é a vistoria prévia nas residências. A construtora, antes do início das obras irá solicitar licença para proceder tais vistorias.

Arq. Murilo, quanto a questão sombreamento, iremos fazer nova avaliação, como já foi comentado.

40ª Intervenção: Iago G. Kleis

Bairro: Anita Garibaldi

O EIV constata a existência de diversificada fauna, em especial aves, na área de influência do empreendimento. Por que não foram calculados ou sequer indicados os impactos desta construção para a avifauna local?

Arq. Murilo informa que o Sr. Iago não está presente.

41ª Intervenção: Jerusa Schroeder chaves

Bairro: Atiradores

A Associação de Moradores consultou as escolas públicas listadas no EIV e recebeu destas as declarações de que inexistem disponibilidade de vaga para os próximos anos. Como o empreendedor pretende mitigar este impacto de demanda na rede de ensino?

Arq. Murilo informa que o Sra. Jerusa não está presente.

42ª Intervenção: David Roos

Bairro: Anita Garibaldi

Moro na rua Benjamin W. Frank (15), em frente ao empreendimento. Já sofro com ventos fortes que quase chegam à arrancar telhas laterais mas que derrubam pesados vasos de flor, bem grandes.

Com este referido empreendimento posso concluir que, se ele ficará entre o corredor natural que já existe e a minha residência, terei junto de minha família transtornos e prejuízos. Levando em consideração o nosso caos climático é claro.

Pergunto: como fazer para não ser prejudicado e perder não só valores mas sim o nosso bem estar?

E sobre o sombreamento? (....)

Carlos Henrique, representante da OAP, referiu que com relação a preocupação do Sr. David de se sentir como em Balneário Camboriú, esclareceu que Camboriú, como em grandes cidades, ocorre o efeito de um corredor de grandes prédios, com impacto significativo dos ventos. Na interpretação da OAP, a implantação das torres do empreendimento, não irá gerar nenhuma mudança significativa.

Arq. Murilo, às 22h, coloca em votação para prorrogação da audiência, em mais meia hora, no que houve consenso.

43ª Intervenção: Anaiz Matheus

Bairro: Anita Garibaldi

A casa em que moro fica na Benjamin Frank, sendo a primeira da rua onde saíra o empreendimento, esta rua por ser extremamente estreita e fora de padrão em largura, tenho dificuldade ao entrar e sair da garagem tendo que invadir o outro lado da rua (fazendo um L)

Como será minha locomoção se o empreendimento utilizar o outro lado? Onde justamente tenho que usar para entrar com o carro?

Carlos Henrique, representante da OAP, colocou que foi proposto uma intervenção na rua, tanto na questão de vagas de estacionamento para visitantes, como para projeção de guaritas para estarem localizadas dentro do empreendimento. Também estamos ouvindo a comunidade, que está manifestando os problemas que enfrentam no dia a dia.

Arq. Murilo, referiu que o acesso a garagem é um direito garantido, que não pode ser quebrado, pela implantação de um novo empreendimento. Este imóvel terá que se adequar para permitir esse acesso. Em algumas situações poderemos contar com o alargamento das vias. Iremos verificar para que o projeto se adeque a esta situação existente.

44ª Intervenção: Renato Forminto

Bairro: Anita Garibaldi

O impacto negativo que o empreendimento trará ao tráfego local e a perda de iluminação natural das residências das ruas Independência e Benjamin W. Frank será verificado desde o início do empreendimento. Por que o estudo ignora estas informações e insiste em afirmar que haverá valorização imobiliária?

Arq. Murilo coloca que valorização/desvalorização, já é um assunto discutido, que o estudo apresenta de forma subjetiva, sendo uma preocupação do entorno. Pediremos que o empreendedor se aprofunde neste item, para que apresente de uma forma mais pontual.

45ª Intervenção: Jonas Kruger

Bairro: Anita Garibaldi

* Infraestrutura de esgoto?

* Trânsito? (já está caótico)

Arq. Murilo informou que o Sr. Jonas não está presente.

46ª Intervenção: Ana Beatriz França

Bairro: Glória

As escolas do bairro, Martins Veras e Anita Garibaldi, estão localizadas em leitos de rios, não podendo ampliar sequer 1 metro. Sabemos também que não há nenhuma vaga disponível para 2016.

Pergunta: Qual será a medida compensatória da construtora que afirma que irão morar 1.200 pessoas neste empreendimento, para atender em média mais 250 crianças?

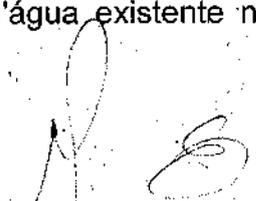
Arq. Murilo informou que o Sra. Ana Beatriz não está presente.

47ª Intervenção: Elisa Camargo

Bairro: Glória

Está sob investigação do Ministério Público os impactos que o empreendimento trará sobre a provável nascente de água que existe no imóvel e que foi irregularmente tubulada e/ou aterrada. Pergunta-se: por que o Projeto em momento algum cita, menciona ou informa o que será feito em relação a este veio d'água existente no imóvel?

Arq. Murilo informou que o Sra. Elisa não está presente.



48ª Intervenção: Yona Rawers

Bairro: Anita Garibaldi

Existe algum projeto para os dois próximos anos de ciclovia no entorno?

Arq. Murilo informou que a Sra. Yona não está presente.

49ª Intervenção: Jony Roberto Kellner

bairro: Atiradores

função/cargo: morador

Quando se apresenta a proposta de uma sinaleira no entroncamento da rua Independência com a rua Ottokar Doerffel considerou-se uma solução de acesso de vias próximas como a rua Otto Benack, e rua Carlos Parucker à Ottokar Doerffel? Qual? Ou ficaria a sinaleira do entroncamento da rua Otto Benack à Ottokar Doerffel? Solicita-se à comissão considera essa questão.

Arq. Murilo informou que o Sr. Jony não está presente.

50ª Intervenção: Luis Felipe del Solar Fuentes

bairro: Anita Garibaldi

Conforme vem se verificando em diversas ocorrências policiais graves, os autores dos delitos são obreiros ou pedreiros de construções próximas.

Desejo questionar quantos pedreiros? De onde serão trazidos? Quem vai manter o controle (dados) dos obreiros, se irão residir na obra. Responsabilidade da construtora e do município.

Arq. Murilo referiu que a questão segurança é bastante preocupante. Destacando um grande empreendimento, que tem previsto a implantação de 4.000 imóveis, o que necessitará que a construtora instale uma delegacia no empreendimento, para depois ser ocupada pelo governo do Estado.

Carolina, representante do empreendedor, informou que a Construtora tem o procedimento interno tanto de contratação de MO própria como de terceirizada. Temos a responsabilidade no processo de contratação, que toda empresa deva ter registro, documentação dos profissionais, habilitados com toda as normas técnicas para trabalho dentro da obra. Existem controles de entrada e saída para os contratados, bem como um responsável que estará fazendo o controle interno de pessoal. Não haverá alojamento no local, somente serviço de um vigia.



51ª Intervenção: Régis Soares

Veio d'água respeitar testemunho de morador a mais de 50 anos afirmar sobre veio que foi encanado.

Arq. Murilo menciona que questão semelhante, também foi discutida na última audiência, o estudo não contemplava, porém fomos verificar e esta sendo analisado. Identificar os erros é extremamente correto, não queremos permanecer no erro. Todas as questão são consideradas.

52ª Intervenção: Régis Alberto Ribeiro Soares

Bairro: Anita Garibaldi

Os enganos de medidas tanto de terreno como também de área construída na EIV. São são falta de certezas que provocarão no empreendimento com relação a profissionalismo de seus engenheiros?

Carlos Henrique, representante da OAP, referiu que em um processo desse, tentamos ao máximo evitar os erros, mas estamos sujeito

Arq. Murilo questionou se os erros relacionados irão transformar a vida da Comunidade. Referindo que ele acredita que não.

53ª Intervenção: Alexandre

endereço: rua Oscar Schwartz bairro: Anita Garibaldi

O que a lei diz sobre a área de sombra? O que é permitido e o que é proibido em relação a área de sombra?

Arq. Murilo informou que a pergunta já foi respondida.

54ª Intervenção: Simone Cadorin

Já existe outro empreendimento muito próximo mas de alto padrão e nós somos vizinhos, e até hoje nada foi feito a favor da vizinhança, o tráfico de veículos da obra impacta totalmente, a rua Independência e a Servidão Emilio e Reddin. Também é um prédio de 12 andares, com média de 45 apartamentos. Esse foi considerado no impacto?

Arq. Informou que este empreendimento não foi submetido ao EIV. Seguiu a lei para implantação e ocupação. A diferença de ter EIV é que o empreendedor terá muito mais exigências a serem cumpridas, devidamente registradas e fiscalizadas.



55ª Intervenção: Miriam Butzke

Bairro: Anita Garibaldi

A empreendedora disse que a Cia. Águas de Joinville tem condições de atender a demanda de água. Hoje em dia é só dar um dia de calor que já falta água na minha residência. Como que vai ser atendida essa demanda se hoje já é insuficiente?

Arq. Murilo informou que a pergunta já foi respondida.

56ª Intervenção: Alexandre Vial

Bairro: Anita Garibaldi

Onde as crianças das famílias de moradores irão estudar? Pois não tem vagas nas escolas públicas da região.

Arq. Murilo informou que a pergunta já foi respondida.

57ª Intervenção: Não se identificou

No bairro não existe Posto de Saúde, sendo compartilhado o serviço público do Posto de Bucarein. Consultando o referido posto de saúde, a coordenadora informou que a Secretária de Saúde desconhece o projeto da Rôgga e não possui previsão de ampliação do atendimento para o bairro.

Ainda, informou que o Posto do Bucarein já encontram-se com déficit de atendimento dos 26.000 usuários cadastrados, pois conta com somente 4 médicos.

Pergunta: Como é possível aceitar a indicação de um equipamento público já saturado para atender este elevado aumento de demanda? Porque o empreendedor ficará com o lucro da construção e a população toda arcará com a majoração dos custos públicos?

Arq. Murilo comentou que o objetivo de qualquer empresa, é buscar o lucro, mas que isto seja coerente em suas ações. Iremos definir o que cabe ao empreendedor e garantir que todas as medidas de mitigação sejam realizadas. Tudo o que for tratado nesta audiência será registrado em ata, bem como os questionamento que não foram respondidos aqui, em função do morador não estar presente.

58ª Intervenção: Veraldo Tonet

Bairro: Anita Garibaldi

Está sob investigação do Ministério Público os impactos que o empreendimento trará sobre a provável nascente de água que existe no imóvel e que foi irregularmente tubulada e/ou aterrada. Pergunta-se: por que o Projeto em momento algum cita,



menciona ou informa o que será feito em relação a este veio d'água existente no imóvel?

Arq. Murilo informou que a pergunta já foi respondida.

Arq. Murilo às vinte e duas horas e trinta e nove minutos, informou que passamos em nove minutos de nosso prazo regimentar, que tudo o que foi tratado será encaminhado à Comissão Técnica do EIV.

Terminado os trabalhos, inexistindo qualquer outra manifestação, Murilo deu por encerrada a sessão às vinte e duas horas e quarenta minutos.

Eu, Eliete Maria de Souza Kress, Administradora da Unidade de Planejamento da Fundação Ippuj, lavrei esta ata, que vai assinada pelo Gerente da Unidade de Planejamento do Ippuj e por mim.

Joinville, 8 de outubro de 2015.

Murilo Teixeira Carvalho
Gerente da Unidade de Planejamento

Eliete Maria de Souza Kress
Administradora